

LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS: ANÁLISE DOS PLANOS DE GOVERNO DAS CANDIDATURAS ÀS PREFEITURAS NA REGIÃO SUL DO BRASIL

João Paulo Borges da Silveira¹

Resumo: Livro, leitura e bibliotecas são três temas essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Diante disto, o presente trabalho tem como objetivo de compreender como os termos 'livro', 'literatura' e 'biblioteca' foram abordados nos planos de governos apresentados pelas candidaturas nas eleições municipais para prefeito e vice-prefeito, em 2024, no Brasil, tornando-se propostas factíveis e em benefício da sociedade. O recorte do estudo são as 15 maiores cidades da Região Sul do país, as quais haviam possibilidade de terem segundo turno nas eleições, por terem mais de 200 mil eleitores aptos a votarem. Ao todo foram analisados 91 planos de governo, onde em 73 propostas relacionadas a estes três conceitos, emergiram a partir da análise documental, três categorias que foram discutidas no trabalho: o papel social do livro e da leitura; as bibliotecas públicas; e as bibliotecas escolares.

Palavras-chave: livro; leitura; políticas públicas; bibliotecas.

BOOK, READING AND LIBRARIES: ANALYSIS OF GOVERNMENT PLAN FOR CANDIDATES FOR CITY HALL IN THE SOUTH REGION OF BRAZIL

ABSTRACT: Book, reading and libraries are three essential themes for building a more just and egalitarian society. In view of this, the present work aims to understand how the terms 'book', 'literature' and 'library' were approached in the government plans presented by candidates in the municipal elections for mayor and vice-mayor, in 2024, in Brazil, becoming feasible proposals for the benefit of society. The scope of the study is the 15 largest cities in the Southern Region of the country, which had the possibility of having a second round in the elections, as they have more than 200 thousand voters able to vote. In total, 91 government plans were analyzed, where in 73 proposals related to these three concepts, three categories emerged from the documentary analysis that were discussed in the work: the social role of books and reading; public libraries; and school libraries.

Keywords: book; reading; public policies; libraries.

1 Professor na Universidade de Caxias do Sul (UCS) e bibliotecário na Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Doutor em Educação.

INTRODUÇÃO

As discussões teóricas e práticas em torno das políticas públicas para o livro, a leitura e as bibliotecas não são novas nos campos da Educação, da Biblioteconomia e das Letras, mas têm ganhado maior espaço e demandado aprofundamento nas últimas décadas. No Brasil, os planos nacional, estaduais e municipais relacionados ao livro, à leitura e às bibliotecas são os principais documentos norteadores quando se pensa nessa triangulação de conceitos. No entanto, nem todos os estados e municípios os possuem, apesar de ser seu papel elaborá-los e mantê-los atualizados.

Diferentes autores já se debruçaram sobre as políticas públicas para o livro, a leitura e as bibliotecas, tais como Rosa e Oddone (2006), Sala (2018), Camillo *et al.* (2021), Camillo e Castro Filho (2022) e Silva (2022), para citar apenas parte dos trabalhos publicados e de relevância acadêmica nas últimas décadas. O presente estudo não se foca nas políticas públicas em si, mas nos elementos que podem desencadear sua elaboração ou atualização, a partir das propostas dos candidatos que postularam os governos municipais nas eleições de 2024. Esclarece-se que as políticas públicas nesse campo não são de responsabilidade exclusiva dos prefeitos, uma vez que podem ser de âmbito nacional, estadual ou municipal, e sua formulação passa por instâncias vinculadas a diversos agentes políticos e atores da sociedade civil, com foco em seus interesses e necessidades.

Contudo, compreender as ideias dos candidatos aos governos municipais pode ajudar a inferir como entendem a importância desses três temas para as cidades que desejam governar. Além disso, os planos apresentados à população são, em tese, elementos que devem ser lidos e compreendidos por todos os eleitores. Portanto, também constituem propostas a serem escolhidas com base naquilo que consideram melhor para seus municípios. As propostas dos candidatos, especialmente dos eleitos, podem ser indicativas da criação ou atualização de futuras políticas públicas relacionadas ao livro, à leitura e às bibliotecas, por representarem não apenas ideias de campanha, mas também os anseios dos eleitores que as consideraram relevantes ao destinarem seus votos.

Diante desse contexto, o presente estudo teve por objetivo compreender como os termos “livro”, “literatura” e “biblioteca” são apresentados nos planos de governo das candidaturas das 15 maiores cidades da Região Sul do Brasil. O recorte adotado considerou os municípios que poderiam ter segundo turno nas eleições municipais de 2024, por possuírem mais de 200 mil eleitores aptos a votar, conforme o regramento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)².

Para a realização deste estudo, os procedimentos metodológicos adotados incluíram o acesso aos planos apresentados ao TSE, como elemento essencial para a composição das candidaturas. Em seguida, procedeu-se à busca pelos três termos

2 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Pode ocorrer 2º turno para a prefeitura de meu município?** 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/pode-ocorrer-2-turno-para-a-prefeitura-do-meu-municipio>. Acessado em: 17 ago., 2024.

“livro”, “literatura” e “biblioteca”, identificando se e como foram mencionados em cada conjunto de propostas. A partir da análise documental, emergiram três categorias centrais para exame e discussão dos resultados: livro e leitura, bibliotecas públicas e bibliotecas escolares, com distintas abordagens dentro de cada temática.

Este estudo está constituído das seguintes seções: discussão sobre livro, leitura e biblioteca no cenário político e enquanto políticas públicas; descrição dos procedimentos metodológicos adotados no estudo; exame do processo eleitoral na Região Sul do Brasil, em especial das 15 cidades que poderiam ter segundo turno; discussão das três categorias que emergiram da análise dos dados coletados; considerações finais; e referências.

LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECA: ENTRE O JOGO POLÍTICO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Embora não seja o foco deste estudo realizar uma revisão bibliográfica sobre Ciência Política, torna-se essencial destacar alguns pontos que podem ser relevantes para a compreensão do que será abordado e, também, como forma de situar o texto e os leitores sob os mesmos prismas de abordagem. Definir Ciência Política não é uma tarefa fácil, pois diferentes olhares podem ser lançados, seja pela perspectiva da Filosofia, do Direito ou da Sociologia (Bonavides, 2019).

Sem a pretensão de esgotar as possibilidades, entende-se a Ciência Política como uma ciência social que tem por objetivo analisar e discutir fatos, acontecimentos e comportamentos políticos a partir das interações sociais. O conceito de política surge na Grécia Antiga, com Aristóteles e sua obra intitulada “Política”, na qual são discutidas questões referentes à *polis*, ou seja, às cidades e ao que elas representam, como o urbano e o público, e, por consequência, relacionam-se à ideia de Estado e de poder, ou melhor, de quem exerce diferentes poderes, suas abrangências e seus destinatários (Dias, 2013). Nesse sentido, Tansey e Jackson (2015) pontuam que a política seria a arte de reconhecer potenciais de alianças entre atores antagonistas, seja em torno de uma ideia ou de uma ação.

No jogo político, dois princípios caminham juntos, o eleitoral e o democrático, retroalimentando-se. Para Dias (2013, p. 179), as eleições “[...] operam como símbolo e instrumento eficaz de legitimação e organização do poder nas sociedades que se estruturam tendo como base o pluralismo político”, por meio das quais a sociedade pode escolher seus representantes, configurando-se como um processo democrático realizado por meio do voto.

O sufrágio é o principal recurso de participação política em uma democracia como a brasileira, ainda que historicamente recente e, por vezes, desafiada, inclusive por políticos eleitos por meio do voto popular. Nas eleições de 2024, foram escolhidos os representantes do Executivo municipal, nas figuras de prefeito e vice-prefeito, por meio do sistema majoritário (em que se elege quem obtém a maior votação).

Também foram eleitos os representantes dos legislativos municipais, na figura dos vereadores, por meio do sistema proporcional, no qual a votação ocorre por legenda, podendo envolver um ou mais partidos. Nesse sistema, nem sempre o candidato mais votado é eleito, pois se utiliza o cálculo eleitoral, buscando maior representatividade de partidos e legendas no Poder Legislativo, ainda que nem sempre isso se concretize.

Os partidos políticos podem ser definidos como [...] “qualquer grupo de pessoas unidas por um mesmo interesse e que tem como objetivo final exercer o poder político” (Dias, 2013, p. 198), podendo ser organizados a partir de sua base social e/ou orientação ideológica. Bonavides (2019) aponta cinco elementos essenciais que compõem os partidos políticos: 1) um grupo social; 2) organização interna; 3) ideias e princípios que mobilizem as pessoas; 4) objetivo de alcançar o poder; e 5) objetivo de permanecer no poder. No Brasil, segundo o TSE (2024)³, há 29 partidos políticos ativos, frequentemente classificados em diferentes denominações, como partidos de esquerda e de direita, conforme são popularmente conhecidos.

Enquanto poder local, os municípios compartilham com os estados e a União a responsabilidade de criar políticas públicas que atendam às demandas coletivas, a partir da identificação de problemas, do planejamento de metas e da aplicação de investimentos, para que os objetivos da proposição de uma política pública sejam atingidos (Dias, 2013). Portanto, configuram-se como ações e estratégias dos poderes públicos que buscam soluções para problemas também públicos, com vistas à melhoria do bem-estar social e à garantia equânime na oferta de serviços para toda a população (Secchi, 2016).

As políticas públicas em torno do livro, da leitura e das bibliotecas são compreendidas como “[...] instrumentos políticos que visam à resolução dos problemas públicos no mundo concreto ligados às áreas da educação e da cultura [...]” (Camillo; Castro Filho, 2022, p. 161). Objetivam atender a uma ou mais demandas apresentadas pela sociedade, no que se refere ao livro, à leitura e às bibliotecas, para que o acesso aos livros, a inclusão social e a melhoria dos indicadores educacionais se reflitam em leituras mais qualificadas e críticas, tanto das palavras quanto do mundo.

No Brasil, a primeira versão do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) data de 2006, a partir de um movimento dos países ibero-americanos de construir seus planos com foco no acesso aos livros, no incentivo ao hábito de leitura e na criação de novas bibliotecas. O PNLL deu origem, em 2018, à Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), estabelecendo uma estratégia permanente de promoção do livro, da leitura e das bibliotecas.

Embora as políticas públicas não sejam o foco deste estudo, sua breve discussão mostra-se importante por serem elaboradas a partir de demandas sociais,

3 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Partidos políticos registrados no TSE**. 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse>. Acessado em: 17 ago., 2024.

que podem ser apresentadas por movimentos sociais, coletivos, organizações não governamentais ou mesmo atores sociais, em diferentes momentos e espaços, impulsionando e justificando a criação de políticas públicas. Entende-se, assim, que tais demandas também podem e devem estar representadas nos planos de governo apresentados pelas candidaturas majoritárias em eleições, como as municipais de 2024.

Acredita-se, ou ao menos se espera, que as propostas expressas nos planos reflitam o que as bases eleitorais dos partidos e as comunidades locais desejam e necessitam. A construção de uma candidatura, embora expresse as ideologias de um partido e de um grupo político, também representa um ideário de sociedade que se tem e que se deseja construir, configurando-se como uma escolha por meio do voto.

A partir disso, as próximas seções deste texto discutirão os procedimentos metodológicos adotados pelo estudo e examinarão os planos de governo das candidaturas apresentadas nas 15 maiores cidades da Região Sul do país, onde havia possibilidade de segundo turno, buscando identificar se e como o livro, a leitura e as bibliotecas estão representadas e poderiam, conforme o candidato eleito, transformar-se de ideias propostas em práticas nos quatro anos seguintes.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os planos de governo apresentados pelas candidaturas, compostas por candidatos a prefeito e a vice-prefeito, constituem o corpus documental de análise deste estudo. Os planos são registrados junto ao Tribunal Superior Eleitoral como parte dos ritos para a inscrição das candidaturas. A partir do site do TSE⁴, recuperaram-se os planos de governo de cada candidatura no mês de setembro de 2024, período anterior ao primeiro turno das eleições municipais.

Todos os postulantes a ocupar os governos municipais precisam entregar seus planos de governo no momento do registro das candidaturas, alguns são mais robustos, contemplando diferentes áreas de atuação, enquanto outros são mais resumidos, apresentando apenas encaminhamentos gerais. Cabe destacar que cada candidatura é responsável pela elaboração de seu plano de governo, que consiste em um conjunto de propostas sobre temas diversos, definidos pelos partidos e seus representantes (líderes e candidatos), por meio do qual apresentam à sociedade o que pretendem realizar e colocar em prática em suas cidades, caso sejam eleitos naquele pleito.

Como o Brasil possui mais de 5.500 municípios, foram necessários alguns recortes para a efetivação deste estudo. Primeiramente, elegeu-se a Região Sul do país e, posteriormente, as cidades que possuem mais de 200 mil eleitores e, assim, tinham a possibilidade de realizar segundo turno, uma forma de a sociedade avaliar

4 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Divulgação de candidaturas e contas eleitorais**. 2024. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/regiao/SUL/2045202024>. Acessado em: 15 set., 2024.

as candidaturas em duas: entre todos os candidatos e, posteriormente, entre os dois mais votados no primeiro turno, podendo já haver eleição nesse momento, caso um deles obtenha mais de 50% dos votos na primeira votação.

A partir dos recortes realizados, 15 municípios passaram a compor este estudo, sendo eles, por número de eleitores, nos três estados: Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas, Pelotas e Santa Maria, no Rio Grande do Sul; Joinville, Florianópolis e Blumenau, em Santa Catarina; e Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais e Foz do Iguaçu, no Paraná.

O primeiro turno das eleições municipais brasileiras de 2024 ocorreu em 6 de outubro, e o segundo turno, nas cidades em que houve, em 27 de outubro. As três cidades de Santa Catarina elegeram seus representantes já no primeiro turno, juntamente com as cidades paranaenses de Maringá, Cascavel e São José dos Pinhais. Já as cinco cidades gaúchas que fazem parte deste estudo, bem como as cidades de Curitiba, Londrina, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, no Paraná, decidiram quem ocuparia suas respectivas prefeituras no segundo turno das eleições.

Com os planos de governo salvos, um de cada candidatura, totalizando 91 documentos entre os 15 municípios, em formato PDF (*Portable Document Format*), utilizou-se o recurso de busca para localizar os três termos principais desta proposta de estudo: livro, leitura e biblioteca. Procedeu-se à busca de um termo por vez em cada plano de governo, identificando as propostas específicas sobre cada tema e selecionando-as para posterior categorização.

Ao todo, foram recuperadas 73 propostas relacionadas a pelo menos um dos termos. Após a leitura detalhada do conjunto de propostas, por meio da análise documental, emergiram três categorias temáticas, reunindo propostas com abordagens semelhantes: 1) o papel social do livro e da leitura; 2) as bibliotecas públicas; e 3) as bibliotecas escolares. Como complemento, identificou-se ainda uma proposta que abordou o bibliotecário, com menção explícita a esses profissionais.

A seguir, apresentam-se os dados do estudo sobre as eleições municipais de 2024, com informações sobre o número de eleitores por município, candidaturas, votações recebidas e desfechos dos pleitos. Na sequência, serão examinados os resultados, com a discussão das três categorias que emergiram após a coleta e o exame das propostas que abordavam o livro, a leitura e/ou as bibliotecas.

AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NA REGIÃO SUL DO BRASIL

A cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, possui uma população de aproximadamente 1.390.000 moradores, sendo que mais de um milhão compõe o eleitorado para o ano de 2024. Ao todo, oito candidatos concorrerem ao pleito, tendo Sebastião Melo (MDB) como candidato à reeleição. O Quadro 1 apresenta as candidaturas e suas votações:

Quadro 1 - Candidaturas e votações em Porto Alegre/RS

Porto Alegre 1.096.620 eleitores	Candidatos/as	Partidos	Votos 1º turno	Situação
	Sebastião Melo	MDB	345.420	Eleito no 2º turno com 406.467 votos
	Maria do Rosário	PT	182.553	Não eleita no 2º turno
	Juliana Brizola	PDT	136.783	Não eleito/a
	Felipe Camozzato	Novo	26.603	
	Luciano do MLb	UP	1.476	
	Fabiana Sanguiné	PSTU	1.163	
	Carlos Alan	PRTB	483	
	Cesar Pontes	PCO	204	

Fonte: Elaborado pelo autor, as partir de dados do TSE (2024).

Não foram encontradas nenhuma proposta relacionada ao livro, à leitura ou as bibliotecas nos seguintes planos: Sebastião Melo (MDB); Felipe Camozzato (Novo); Carlos Alan (PRTB); e Cesar Pontes (PCO). É importante ressaltar que em alguns planos sequer os termos são citados e em outros aparecem como secundários, como relacionado do ensino de Língua Portuguesa. A candidata Fabiana Sanguiné (PSTU). cita o termo biblioteca em seu plano, ao fazer críticas ao então prefeito, mas não propõe nada relacionado com as bibliotecas. Nos demais planos, ao menos um dos termos são citados, em: Maria do Rosário (PT); Juliana Brizola (PDT); e Luciano do MLB (UP). Na seção de resultados e discussões serão apresentadas e discutidas as propostas das três candidaturas.

A segunda maior cidade do RS, com uma população estimada em 479 mil habitantes e localizada na Serra Gaúcha, contou com quatro candidaturas ao pleito de 2024, tendo Adiló Didomenico buscando a reeleição. Dois planos não apresentaram propostas ligadas ao livro, leitura e/ou biblioteca, que foram de Adiló (PSDB) e Denise Pessoa (PT). Já os planos de Scalco (PL) e Felipe Gremelmaier (MDB) apresentam proposições ligadas a pelo menos um desses três temas. O Quadro 2 detalha as informações sobre o resultado das eleições:

Quadro 2 - Candidaturas e votações em Caxias do Sul/RS

Caxias do Sul 347.184 eleitores	Candidatos/as	Partidos	Votos 1º turno	Situação
	Scalco	PL	89.260	Não eleito no 2º turno
	Adiló	PSDB	64.537	Eleito no 2º turno com 116.730 votos
	Denise Pessoa	PT	61.684	Não eleito/a
	Felipe Gremelmaier	MDB	19.172	

Fonte: Elaborado pelo autor, as partir de dados do TSE (2024).

Em Canoas/RS, seis candidaturas se propuseram a comandar o município, a partir de 2025. Em duas delas, há propostas relacionadas ao livro, leitura e/ou bibliotecas: Airton Souza (PL) e Rodrigo Cebola (PSOL). Observa-se que os candidatos são de campos distintos na política, direita e esquerda, respectivamente, mas não deixaram o eleitorado sem propostas neste segmento. Contudo, quatro candidaturas não apresentaram encaminhamentos tocantes ao livro, leitura e/ou bibliotecas, sendo elas: Jairo Jorge (PSD), atual prefeito da cidade no momento do pleito; Campiol (Novo); Beth Colombo (Republicanos); Marcio Freitas (PRD). O Quadro 3 apresenta as candidaturas, partidos e votos recebidos no pleito:

Quadro 3 - Candidaturas e votações em Canoas/RS

	Candidatos/as	Partidos	Votos 1º turno	Situação
Canoas 259.585 eleitores	Airton Souza	PL	51.472	Eleito no 2º turno com 75.688 votos
	Jairo Jorge	PSD	43.442	Não eleito no 2º turno
	Campiol	Novo	18.814	Não leitos/as
	Beth Colombo	Republicanos	15.313	
	Marcio Freitas	PRD	10.121	
	Rodrigo Cebola	PSOL	6.824	

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do TSE (2024).

Mesmo com seis candidaturas na cidade de Pelotas/RS, torna-se impossível não destacar que nenhuma delas foi liderada por uma mulher, cabendo a posição de vice a elas, nas chapas do PT, PP, PSDB e PDT, o que não é desmerecedor ou um cargo menor. Seriam as candidatas escolhidas pela sua trajetória política e social ou para tentar aproximar os candidatos da população e angariar mais votos? A busca por respostas não é foco deste estudo, mas é importante observar os movimentos políticos em uma cidade que teve uma prefeita em seu comando, Paula Mascarenhas (PSDB), de 2017 a 2024, tendo sido vice entre 2013 e 2016.

Em relação aos planos de governo dos seis candidatos, em dois há menção ao livro, leitura e/ou biblioteca: Marciano Perondi (PL) e Reginaldo Bacci (PDT). Em outras quatro candidaturas não há menção a essa tríade: Marroni (PT), que já foi prefeito da cidade; Fernando Estima (PSDB), candidato da atual prefeita e do governador do RS, Eduardo Leite, que também já governou Pelotas; Irajá Rodrigues (MDB); e João Bourscheid (PCO). Os dados do pleito estão no Quadro 4:

Quadro 4 - Candidaturas e votações em Pelotas/RS

Pelotas 248.631 eleitores	Candidatos/as	Partidos	Votos 1º turno	Situação
	Marroni	PT	68.443	Eleito no 2º turno com 87.737 votos
	Marciano Perondi	PL	54.736	Não eleito no 2º turno
	Fernando Estima	PSDB	36.122	Não leitos
	Irajá Rodrigues	MDB	6.785	
	Reginaldo Bacci	PDT	6.514	
	João Bourscheid	PCO	245	

Fonte: Elaborado pelo autor, as partir de dados do TSE (2024).

A cidade de Santa Maria, conhecida por ser o coração do RS, por se localizar no meio do estado é o quinto maior colégio eleitoral e possui uma população estimada em 282 mil pessoas. Sete candidaturas se puseram a concorrer às eleições em 2024, tendo Rodrigo Décimo, vice-prefeito, como aposta do então prefeito, Jorge Pozzobom (PSDB).

Quatro planos de governo não mencionam a tríade livro, leitura e/ou biblioteca, a saber: Rodrigo Décimo (PSDB); Roberta Leitão (PL); Riesgo (Novo); Dr. Moacir (PRD). Complementando as candidaturas, três planos trouxeram propostas que abordem as temáticas, todas do campo da esquerda: Valdeci Oliveira (PT); Professor Burmann (PDT); Alidio da Luz (PSOL). O Quadro 5 demonstra os dados da eleição em Santa Maria:

Quadro 5 - Candidaturas e votações em Santa Maria/RS

Santa Maria 209.393 eleitores	Candidatos/as	Partidos	Votos 1º turno	Situação
	Valdeci Oliveira	PT	58.580	Não eleito no 2º turno
	Rodrigo Décimo	PSDB	37.295	Eleito no 2º turno com 76.803 votos
	Roberta Leitão	PL	26.838	Não leitos/as
	Riesgo	Novo	15.107	
	Professor Burmann	PDT	5.234	
	Alidio da Luz	PSOL	905	
	Dr. Moacir	PRD	233	

Fonte: Elaborado pelo autor, as partir de dados do TSE (2024).

O estado de Santa Catarina tem a peculiaridade que a maior cidade e colégio eleitoral não é a sua capital, mas a cidade de Joinville. As duas candidaturas do espectro da esquerda, Carlito Merss (PT) e Rodrigo Bornholdt (PSB) apresentaram

propostas relacionadas ao livro, leitura e/ou bibliotecas. Já os outros três candidatos, não mencionam estes termos em seus planos de governo: Adriano Silva (Novo), tentando a reeleição; Sargento Lima (PL); e Luiz Claudio Gubert (MDB). O Quadro 6 apresenta os detalhes das candidaturas na cidade:

Quadro 6 - Candidaturas e votações em Joinville/SC

	Candidatos/as	Partidos	Votos 1º turno	Situação
Joinville 434.821 eleitores	Adriano Silva	Novo	244.321	Eleito no 1º turno
	Sargento Lima	PL	35.667	Não leitos
	Carlito Meress	PT	23.278	
	Luiz Claudio Gubert	MDB	4.285	
	Rodrigo Bornholdt	PSB	2.946	

Fonte: Elaborado pelo autor, as partir de dados do TSE (2024).

Os eleitores em Florianópolis dispuseram de nove planos para analisar e escolher seus futuros representantes no governo municipal. A quantidade de candidaturas se reflete na diversidade dos conteúdos dos documentos, mas apenas dois candidatos pensaram propostas em torno do livro, da leitura e/ou das bibliotecas para a população, sendo eles: Dário (PSDB) e Carlos Muller (PSTU). As demais sete chapas não fazem menção aos temas analisados neste estudo: Topázio (PSD), candidato a reeleição; Marquito (PSOL); Pedrão (PP); Lela (PT); Portanova (Avante); Brunno Dias (PCO); e Mateus Souza (PMB). O Quadro 7 detalha as informações do pleito na capital:

Quadro 7 - Candidaturas e votações em Florianópolis/SC

	Candidatos/as	Partidos	Votos 1º turno	Situação
Florianópolis 410.812 eleitores	Topázio	PSD	161.839	Eleito no 1º turno
	Marquito	PSOL	61.509	Não leitos
	Pedrão	PP	19.640	
	Dário	PSDB	16.750	
	Lela	PT	16.001	
	Portanova	Avante	602	
	Carlos Muller	PSTU	143	
	Brunno Dias	PCO	95	
	Mateus Souza	PMB	94	

Fonte: Elaborado pelo autor, as partir de dados do TSE (2024).

A terceira e última cidade catarinense com possibilidade de segundo turno no estado é Blumenau. Apesar de que, as três já escolheram seus candidatos já no primeiro turno, em Joinville e Florianópolis reelegendo seus prefeitos e em Blumenau elegendo o deputado estadual Delegado Egídio, aposta do então prefeito. Dos planos de governo apresentados, em três mencionam livro, leitura e/ou biblioteca: Delegado Egídio (PL); Ana Paula Lima (PT); e Rosane (PSOL). Já nos documentos apresentados por Odair Tramontin (Novo) e Ricardo Alba (Podemos), não há menção aos termos. O Quadro 8 apresenta os dados da eleição:

Quadro 8 - Candidaturas e votações em Blumenau/SC

	Candidatos/as	Partidos	Votos 1º turno	Situação
Blumenau 265.491 eleitores	Delegado Egídio	PL	95.075	Eleito no 1º turno
	Odair Tramontin	Novo	55.968	Não leitos/as
	Ana Paula Lima	PT	29.071	
	Ricardo Alba	Podemos	3.383	
	Rosane	PSOL	1.490	

Fonte: Elaborado pelo autor, as partir de dados do TSE (2024).

Dentre as 15 cidades examinadas, por terem a possibilidade de segundo turno das eleições municipais em 2024, Curitiba é o maior colégio eleitoral e com o maior número de candidaturas, dez ao total. Destas, em apenas três surgem propostas ligadas ao livro, leitura e/ou bibliotecas, sendo elas: Eduardo Pimentel (PSD); Cristina Graeml (PMB); e Professora Andrea Caldas (PSOL). Em sete planos de governos, os termos selecionados por este estudo não são mencionados, portanto, propostas não são apresentadas à população: Luciano Ducci (PSB); Ney Leprevost (União); Luizão Goulart (SD); Maria Victoria (PP); Roberto Requião (MOB); Samuel de Mattos (PSTU); e Felipe Bombardelli (PCO). O Quadro 9 detalha as informações das eleições municipais 2024 em Curitiba:

Quadro 9 - Candidaturas e votações em Curitiba/PR

Curitiba 1.423.722 eleitores	Candidatos/as	Partidos	Votos 1º turno	Situação
	Eduardo Pimentel	PSD	313.347	Eleito no 2º turno com 531.029 votos
	Cristina Graeml	PMB	291.523	Não eleita no 2º turno
	Luciano Ducci	PSB	181.770	Não leitos/as
	Ney Leprevost	União	60.675	
	Luizão Goulart	SD	41.271	
	Maria Victoria	PP	20.497	
	Roberto Requião	MOB	17.155	
	Professora Andrea Caldas	PSOL	8.021	
	Samuel de Mattos	PSTU	569	
	Felipe Bombardelli	PCO	341	

Fonte: Elaborado pelo autor, as partir de dados do TSE (2024).

Em Londrina, segunda maior cidade do Paraná, oito candidaturas foram apresentadas à população. Três delas continham propostas relacionadas ao livro, leitura e/ou bibliotecas, sendo elas: Professora Maria Tereza (PP); Tercilio Turini (MDB); Barbosa Neto (PDT). Já nos outros quatro documentos analisados, não haviam propostas relacionadas aos temas pesquisados: Tiago Amaral (PSD); Diego Garcia (Republicanos); Coronel Villa (PSDB); e Isabel Diniz (PT). O Quadro 10 discorre sobre os dados eleitorais de Londrina:

Quadro 10 - Candidaturas e votações em Londrina/PR

Londrina 399.730 eleitores	Candidatos/as	Partidos	Votos 1º turno	Situação
	Tiago Amaral	PSD	113.032	Eleito no 2º turno com 143.745 votos
	Profa. Maria Tereza	PP	62.590	Não eleita no 2º turno
	Tercilio Turini	MDB	24.894	Não leitos/as
	Diego Garcia	REP	22.751	
	Barbosa Neto	PDT	20.616	
	Coronel Villa	PSDB	11.897	
	Isabel Diniz	PT	8.980	

Fonte: Elaborado pelo autor, as partir de dados do TSE (2024).

Na cidade de Maringá, cinco candidaturas se colocaram à disposição da população, sendo que em duas delas foram encontradas propostas relacionadas ao

livro, leitura e/ou biblioteca, que foram: Evandro Oliveira (PSDB) e Pastor José (MOB). Nas outras três candidaturas, de Silvio Barros (PP), de Edson Scabora (PSD) e de Humberto Henrique (PT), não há menção aos termos buscados. O Quadro 11 detalha dos dados da eleição municipal de 2024:

Quadro 11 - Candidaturas e votações em Maringá/PR

Maringá 300.286 eleitores	Candidatos/as	Partidos	Votos 1º turno	Situação
	Silvio Barros	PP	131.819	Eleito no 1º turno
	Edson Scabora	PSD	44.004	Não leitos
	Humberto Henrique	PT	17.321	
	Evandro Oliveira	PSDB	7.421	
	Pastor José	MOB	480	

Fonte: Elaborado pelo autor, as partir de dados do TSE (2024).

A cidade de Ponta Grossa também contou com cinco candidaturas no pleito municipal de 2024. Três planos de governo contemplam possíveis ações sobre livro, leitura e/ou bibliotecas, sendo eles: Mabel Canto (PSDB), Elizabeth Schmidt (União) e Marcelo Rangel (PSD). Já os documentos apresentados por Aliel Machado (PV) e Dr. Magno não apresentam propostas relacionadas a estes temas. O Quadro 12 ilustra os dados do pleito em Ponta Grossa:

Quadro 12 - Candidaturas e votações em Ponta Grossa/PR

Ponta Grossa 259.463 eleitores	Candidatos/as	Partidos	Votos 1º turno	Situação
	Mabel Canto	PSDB	51.338	Não eleita no 2º turno
	Elizabeth Schmidt	União	50.684	Eleita no 2º turno com 96.407 votos
	Marcelo Rangel	PSD	38.815	Não leitos
	Aliel Machado	PV	35.948	
	Dr. Magno	Novo	7.438	

Fonte: Elaborado pelo autor, as partir de dados do TSE (2024).

Quatro planos de governo foram apresentados aos eleitores da cidade de Cascavel, para escolha da gestão da prefeitura municipal. Os documentos se dividem, dois possuem propostas relacionadas ao livro, leitura e/ou bibliotecas e dois em nada mencionam, sendo das candidaturas de Renato Silva (PL) e Edgar Bueno (PSDB), com ideias nesses campos, e de Marcio Pacheco (PP) e Professora Liliam (PT), sem ações previstas. O Quadro 13 anuncia os dados do pleito:

Quadro 13 - Candidaturas e votações em Cascavel/PR

Cascavel 239.588 eleitores	Candidatos/as	Partidos	Votos 1º turno	Situação
	Renato Silva	PL	95.168	Eleito no 1º turno
	Marcio Pacheco	PP	31.852	Não leitos
	Edgar Bueno	PSDB	26.295	
	Professora Liliam	PT	15.384	

Fonte: Elaborado pelo autor, as partir de dados do TSE (2024).

São José dos Pinhais, cidade próxima da capital Curitiba, teve apenas três candidaturas nas eleições municipais de 2024. Todas as três, Nina Singer, (PSD) Geraldo Mendes (União Brasil) e Wilson Cabelo (PT) apresentaram ao menos uma proposta relacionada ao livro, leitura e/ou bibliotecas. O Quadro 14 ilustra os dados da eleição na cidade:

Quadro 14 - Candidaturas e votações em São José dos Pinhais/PR

São José dos Pinhais 222.608 eleitores	Candidatos/as	Partidos	Votos 1º turno	Situação
	Nina Singer	PSD	81.739	Eleita no 1º turno
	Geraldo Mendes	União	60.405	Não leitos
	Wilson Cabelo	PT	6.772	

Fonte: Elaborado pelo autor, as partir de dados do TSE (2024).

A última cidade a ser analisada, dentro as passíveis de ter segundo turno na Região Sul do Brasil, em 2024, recorte deste estudo, temos Foz do Iguaçu, cidade brasileira que faz tríplice fronteira com Argentina e Paraguai. Dos sete candidatos ao pleito municipal de 2024, apenas um apresentou proposta relacionada ao livro, leitura e/ou bibliotecas, que foi a de Paulo Mac Donald (PP). Os demais seis candidatos não apresentaram intenção nesses campos: General Silva e Luna (PL); Airton José (PSB); Samis da Silva (PSDB); Zé Elias (União Brasil); Jurandir de Moura Latinha (Rede); e Sergio Caimi (PMB). O Quadro 15 ilustra os dados da eleição em Foz do Iguaçu:

Quadro 15 - Candidaturas e votações em Foz do Iguaçu/PR

	Candidatos/as	Partidos	Votos 1º turno	Situação
Foz do Iguaçu 204.343 eleitores/as	General Silva e Luna	PL	73.522	Eleito no 1º turno
	Paulo Mac Donald	PP	47.775	Não leitos
	Airton José	PSB	16.166	
	Samis da Silva	PSDB	6.856	
	Zé Elias	União	1.797	
	Jurandir de Moura Latinha	Rede	277	
	Sergio Caimi	PMB	227	

Fonte: Elaborado pelo autor, as partir de dados do TSE (2024).

No Rio Grande do Sul, todas as cinco cidades levaram as eleições para o segundo turno, sendo estes os resultados: em Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), se reelegeu com 61,53% dos votos; em Caxias do Sul, Adiló (PSDB), se reelegeu com 51,38% dos votos; em Canoas, Airton Souza (PL) se elegeu com 52,12%; em Pelotas, Marroni (PT) retorna à prefeitura que já havia governado entre 2001 e 2004, obtendo 50,36% dos votos; e em Santa Maria, o vice-prefeito, Rodrigo Décimo (PSDB), se elegeu com 54,50% dos votos.

Em Porto Alegre, Canoas e Pelotas os primeiros colocados no primeiro turno mantiveram um suposto favoritismo e se elegerem no segundo turno, já nas cidades de Caxias do Sul e Canoas, os segundo colocados ultrapassaram seus oponentes e lograram êxito do pleito municipal. Há de destacar que Sebastião Melo, Adiló e Rodrigo Décimo tinham o que chamasse de ‘máquina pública’ a seus favores, nos cargos de atuais prefeitos e vice-prefeito.

Em Santa Catarina, as três cidades analisadas decidiram o pleito já no primeiro turno, com boa vantagem: em Joinville com 78,69% para o candidato Adriano Silva (Novo), contra 11,49% do segundo colocado; em Florianópolis com 58,49% para o candidato Topázio (PSD), contra 22,23% do segundo colocado; e em Blumenau com 51,40% para o candidato Delegado Egídio (PL), contra 30,26% do segundo candidato mais votado.

No Paraná, quatro cidades passíveis de segundo turno elegerem seus representantes já em 06 de outubro, no primeiro turno, são elas: Maringá, com o retorno de Silvio Barros (PP) à prefeitura, que já havia governado entre 2005 e 2012, com 65,57%; Cascavel, com eleição de Renato Silva (PL), vice-prefeito da cidade, com 56,41%; São José dos Pinhais, com a reeleição da prefeita Nina Singer (PSD), com 54,89%; e Foz do Iguaçu, elegendo o General Silva e Luna (PL), com 50,14%.

Das três cidades com segundo turnos, no Paraná, têm-se os seguintes resultados: em Curitiba, Eduardo Pimentel (PSD), vice-prefeito e apoiado pelo

governador Ratinho Júnior, do mesmo partido, se elegeu com 57,64% dos votos; em Londrina, Tiago Amaral (PSD) se elegeu com 56,32% dos votos, contra a candidata do então prefeito, Marcelo Martins (2017-2024), do PP; e em Ponta Grossa, Elizabeth Schmidt (União Brasil) ultrapassou Mabel Canto (PSDB), mais votada no primeiro turno, se reelegendo prefeita com 53,72% dos votos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O levantamento dos 91 planos de governo apresentados à sociedade nas 15 maiores cidades da Região Sul do Brasil permitiu a busca e a análise da presença ou não dos termos livro, leitura e/ou biblioteca nesses documentos. Após o mapeamento desses dados, a análise documental, a partir das inferências de seus conteúdos, fez emergir três categorias, a saber: 1) o papel social do livro e da leitura; 2) bibliotecas públicas; e 3) bibliotecas escolares. A presente seção abordará e aprofundará cada um desses tópicos.

O PAPEL SOCIAL DO LIVRO E DA LEITURA

O primeiro tópico discutido refere-se às propostas relacionadas ao livro e à leitura, que, por vezes, tornam-se esvaziadas, uma vez que não indicam de forma clara o que poderia ser realizado, como: “Ampliar projetos de incentivo à leitura” (Edgar Bueno, do PSDB – Cascavel/PR); “Promover a cultura da leitura e da escrita” (Felipe Gremelmaier, do MDB – Caxias do Sul/RS); e “Ampliar ações e projetos de leitura em parceria com a Secretaria Municipal de Educação” (Delegado Egidio, do PL – Blumenau/SC).

Qual candidato, em período eleitoral, se oporia às práticas de incentivo à leitura, por exemplo? Parece, de certo modo, comum apresentar propostas genéricas, sem indicar como poderiam ser implementadas na prática e, mais ainda, se atendem às demandas reais da sociedade.

Outros planos de governo também propunham incentivar a leitura: por meio da criação de um programa municipal, por Paulo Mac Donald (PP – Foz do Iguaçu/PR); de projetos que desenvolvessem o repertório cultural dos participantes, por Pastor José (MOB – Maringá/PR); e da democratização das bibliotecas, dos livros e da literatura local, por Rodrigo Cebola (PSOL – Canoas/RS). Nas três propostas, não são mencionados quais seriam esses projetos, como ocorreriam, quais recursos demandariam e quais públicos seriam beneficiados.

Os projetos voltados às comunidades também se fizeram presentes, como: a criação de ações para todas as faixas etárias e a oferta de biblioteca móvel, por Wilson Cabelo (PT – São José dos Pinhais/PR); a proposição, pelas escolas municipais, de ações de alfabetização de jovens e adultos, por meio de cursos, atividades esportivas e incentivo à leitura, por Alidio da Luz (PSOL – Santa Maria/RS); e, de modo mais específico, a “criação de programa de educação para apenas com EJA e grupos de leitura”, por Luciano do MLB (UP – Porto Alegre/RS).

Sobre os adultos e a leitura, em especial nas bibliotecas escolares, é importante destacar que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi instituída por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Lei n. 9.394/96). Esse destaque ganha relevância ao considerar a educação como um direito, portanto, as bibliotecas que atuam com a EJA precisam estar atentas a esse público, de forma que ofereçam serviços que realmente atendam às demandas dos usuários adultos que retornaram aos estudos na Educação Básica. Observa-se que, em algumas situações, há descaso ou mesmo despreparo para lidar com jovens e adultos no ambiente da biblioteca escolar.

A inclusão social por meio da leitura foi proposta por Ana Paula Lima (PT – Blumenau/SC), com a impressão de livros em Braille e a oferta de cursos à comunidade, e por Tercilio Turini (MDB – Londrina/PR), por meio da aquisição de livros adaptados e materiais de apoio, com foco na alfabetização. O uso de tecnologias para o incentivo à leitura também foi proposto por Ana Paula Lima, candidata de Blumenau/SC, com a criação de um programa específico com esse fim.

Ações de formação estão presentes em dois planos de governo apresentados nos municípios analisados por este estudo: Carlito Meres (PT – Joinville/SC) propõe a “formação de agentes mediadores de leitura para atuação em espaços públicos”, sem mencionar se em escolas, bibliotecas ou outros espaços, e Renato Silva (PL – Cascavel/PR) alude a oficinas de incentivo à leitura e ao apoio a projetos de contação de histórias.

A mediação da leitura, enquanto prática social, pode (e deve) ser realizada com diferentes públicos, desde bebês até idosos, contribuindo para que seu principal objetivo seja cumprido, que é “[...] transformar em leitores aquelas pessoas que desconhecem a leitura como uma prática que desenvolve o senso crítico, criativo, social e cultural” (Nunes; Souza, 2020, p. 13).

A formação de mediadores de leitura é essencial em diferentes contextos, devendo atuar no despertar do papel ativo do leitor, pois “[...] não cabe a ele [leitor] apenas buscar os sentidos do texto, colhê-los, mas gerá-los, a partir de suas vivências” (Ramos, 2010, p. 34). Tem-se, então, também a função de aproximar texto e leitores, ou seja, permitindo o acesso, mas, principalmente, contextualizando o texto e a obra, para que cada leitor possa sentir e ressignificar o que foi lido, de acordo com suas experiências pessoais.

As feiras do livro e eventos em torno do livro e da leitura não foram esquecidos pelas candidaturas, ao menos por três delas: Rodrigo Cebola (PSOL – Canoas/RS), com a intenção de que as feiras do livro circulem pelos bairros da cidade; Marcelo Rangel (PSD – Ponta Grossa/PR), ao propor o restabelecimento da feira do livro como um evento central na promoção da leitura e da literatura, implementando um programa no qual as escolas municipais possam adquirir livros na própria feira, considerando suas necessidades pedagógicas; e Evandro Oliveira (PSDB – Maringá/PR), que menciona a criação de eventos literários para promover o hábito da leitura

entre crianças e jovens, sem especificar quais eventos seriam esses nem detalhar propostas específicas para esses públicos.

Quando se pensa em feiras do livro nas cidades, habitualmente ocorre uma ao longo do ano, a depender do porte do município e de sua organização. As feiras do livro têm como objetivo geral aproximar o público leitor dos livros (e de outros materiais), embora haja o intuito comercial, a construção e o fortalecimento da relação entre as pessoas e a leitura tornam-se fundamentais, inclusive para o sucesso da própria feira e de edições futuras.

Outros espaços culturais também são contemplados por diferentes candidaturas, trazendo ideias criativas para ampliar o acesso ao livro e incentivar a leitura: Edgar Bueno (PSDB – Cascavel/PR), com o projeto de ônibus-biblioteca; Pastor José (MOB – Maringá/PR) e Rodrigo Bornholdt (PSB – Joinville/SC), com a instalação de minibibliotecas em locais estratégicos dos municípios; Alidio da Luz (PSOL – Santa Maria/RS), com a criação de mercados populares para a comercialização de livros; e Marciano Perondi (PL – Pelotas/RS), com a proposta de transformar centros comunitários em espaços de atendimento de interesse das comunidades, como bibliotecas comunitárias.

Sobre a criação de bibliotecas consideradas alternativas, Dumont (1990, p. 25) afirma que seu objetivo primordial é “[...] o incentivo e a difusão da leitura, possibilitando que a biblioteca atinja leitores desprivilegiados e, especialmente, leitores marginalizados”, sobretudo ao alcançar comunidades que não possuem acesso a outras bibliotecas, sejam públicas ou comunitárias.

Já as bibliotecas comunitárias caracterizam-se por serem criadas pelas próprias comunidades, e não por agentes públicos, conforme observado em algumas propostas analisadas. Seu objetivo é atender à própria comunidade, proporcionando um espaço aberto ao diálogo, à interlocução entre saberes populares e à ressignificação social de seus membros. Além disso, visam fornecer subsídios de leitura, conhecimento e cultura a regiões muitas vezes carentes de atrativos culturais e de lazer, geralmente localizando-se em áreas com baixa infraestrutura cultural e em contextos economicamente desfavorecidos (Machado, 2009).

Para finalizar a primeira seção de análise dos planos de governo, o fomento aos autores locais chama a atenção pela necessidade de promover a produção literária dos residentes nas cidades e a própria cultura local. Nesse sentido, Carlito Merss (PT) e Rosane (PSOL) propuseram a criação de editais para a publicação de primeiros livros de autores iniciantes, em Joinville e Blumenau, respectivamente.

BIBLIOTECAS PÚBLICAS

As bibliotecas públicas são consideradas espaços que proporcionam igualdade de acesso a todos os cidadãos, não fazendo restrição ou diferenciação de idade, raça, sexo, gênero, crença, status social, entre outros, tendo como característica central a disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento. Diante desse quadro, pode-se afirmar que a biblioteca pública é a unidade de informação mais

democrática no que tange à sua razão de existir, ou seja, voltada a toda a sociedade (Ferraz, 2014).

Devem ser compreendidas como “[...] um ambiente realmente público, de convivência agradável, onde as pessoas possam se encontrar para conversar, trocar ideias, discutir problemas, auto instruir-se e participar de atividades culturais e de lazer” (Biblioteca Pública..., 2000, p. 17), ou, pelo menos, assim deveriam se constituir. O Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas (2022) as define como “[...] o centro local de informação, disponibilizando todo tipo de conhecimento e informação aos seus usuários”, contribuindo socialmente para o fortalecimento dos laços sociais e culturais de sua cidade e região.

A revitalização das bibliotecas públicas foi destaque nos planos de governo: de Pastor José (MOB), com a proposta de restauração e ampliação da unidade de Maringá/PR; de Professora Maria Tereza (PP), a partir de melhorias, sem especificar quais seriam, na unidade de Londrina/PR; e de Renato Silva (PL), com o fortalecimento da biblioteca e do prédio histórico que a abriga em Cascavel/PR.

Ainda em relação à revitalização de espaços, Scalco (PL – Caxias do Sul/RS) propôs ampliar os horários de funcionamento das bibliotecas, museus e centros culturais. Dário (PSDB – Florianópolis/SC) e Reginaldo Bacci (PDT – Pelotas/RS) propuseram reservar parte dos horários dos equipamentos culturais municipais para artistas locais, em diferentes modalidades artísticas, incluindo as bibliotecas, o que indica um reconhecimento desses espaços e de seu potencial para acolher e valorizar a cultura e os artistas da cidade.

Dois candidatos do PSOL gaúcho apresentam propostas de criação de bibliotecas públicas: Rodrigo Cebola (Canoas) e Alidio da Luz (Santa Maria). O segundo candidato compromete-se, ainda, a ouvir a comunidade para o planejamento de diversos espaços culturais, além de bibliotecas, incluindo cinema, teatro, museu, livraria e ambientes dedicados às artes em geral.

O desenvolvimento de redes de bibliotecas nas cidades também foi proposto por, ao menos, duas candidaturas entre as analisadas neste estudo. Reginaldo Bacci (PDT – Pelotas/RS) propôs integrar as bibliotecas e garantir acesso controlado e digital aos acervos disponíveis. Já Rosane (PSOL – Blumenau/SC) tinha por objetivo incluir bibliotecas móveis à rede de bibliotecas da cidade, contribuindo para ampliar o acesso ao livro.

A inclusão de tecnologias digitais por meio das bibliotecas públicas, como forma de ampliar o acesso, aparece em diferentes planos analisados. Surgem propostas de criação de bibliotecas digitais nos seguintes planos: Luciano do MLB (UP – Porto Alegre/RS); Professor Burmann (PDT – Santa Maria/RS); Nina Singer (PSD – São José dos Pinhais/PR); Pastor José (MOB – Maringá/PR); e Renato Silva (PL – Cascavel/PR).

Não apenas os acervos digitais são citados entre os candidatos: Reginaldo Bacci (PDT – Pelotas/RS) aponta que o acervo deverá ser informatizado para facilitar a gestão, a consulta e a retirada de livros; Carlos Muller (PSTU – Florianópolis/SC) é

sucinto ao mencionar a necessidade de ampliar as coleções das bibliotecas públicas; e Nina Singer (PSD – São José dos Pinhais/PR) menciona a necessidade de uma política permanente de aquisições e de incentivo à doação de materiais.

As bibliotecas comunitárias também aparecem nas propostas, embora, na prática, não sejam ligadas aos poderes públicos, mas sim às próprias comunidades que as criam e mantêm. Esses espaços aparecem na proposta de Felipe Gremelmaier (MDB – Caxias do Sul/RS). Já a candidata Cristina Graeml (PMB – Curitiba/PR) não propõe a criação de bibliotecas comunitárias, mas sim a criação de bibliotecas e centros comunitários para “[...] democratizar o acesso à cultura e fomentar a participação da população em todas as regiões da cidade”.

A democratização do acesso ao livro e à leitura para diferentes públicos aparece nos seguintes planos de governo: de Carlito Meres (PT – Joinville/SC), voltado à população idosa; de Rosane (PSOL – Blumenau/SC), com a abertura das bibliotecas em horários alternativos, como sábados e domingos, para incentivar a população jovem e trabalhadora; da Professora Maria Tereza (PP – Londrina/PR), com a oferta de atividades interativas e educativas para ampliar a diversidade de públicos; e de Mabel Canto (PSDB – Ponta Grossa/PR), com a finalidade de tornar as bibliotecas públicas espaços de convivência, troca de conhecimentos e inclusão digital.

Algumas propostas, embora relacionadas às bibliotecas públicas, são bastante generalistas, como as de Maria do Rosário (PT – Porto Alegre/RS), que menciona apoio às bibliotecas públicas e comunitárias, mas não apresenta propostas concretas para elas, e a de Geraldo Mendes (União Brasil – São José dos Pinhais/PR), que propõe a realização de um estudo para verificar a necessidade de ampliação da biblioteca pública municipal.

Ainda sobre as bibliotecas públicas, para finalizar a segunda seção de análises, elas aparecem associadas à educação, como nos casos de: Prof. Burmann (PDT – Santa Maria/RS), que as apresenta como espaços de referência para atividades de estudo; Marciano Perondi (PL – Pelotas/RS), que relaciona a biblioteca à oferta de uma educação mais completa; e Nina Singer (PSD – São José dos Pinhais/PR), que menciona “adquirir bibliografia para recompor o número de livros disponíveis nas bibliotecas públicas municipais sob guarda da SEMUC”, incorrendo em uma confusão conceitual, já que as bibliotecas públicas não se dedicam à oferta de bibliografias, cabendo essa função às bibliotecas escolares.

BIBLIOTECAS ESCOLARES

A Lei 12.244/2010 considera como biblioteca “[...] a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte, destinados à consulta, à pesquisa, ao estudo ou à leitura”. Indo além dessa conceituação, muito ligada à estrutura física e ao acervo, podemos considerar que a biblioteca escolar “[...] habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a

imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis” (Manifesto..., 1999).

Côrte e Bandeira (2011, p. 8) consideram a biblioteca escolar como “[...] um espaço de estudo e construção do conhecimento, que coopera com a dinâmica da escola, desperta o interesse intelectual, favorece o enriquecimento cultural e incentiva a formação do hábito de leitura”. Nesse mesmo sentido, as diretrizes elaboradas pela IFLA apontam que “o objetivo de todas as bibliotecas escolares é desenvolver alunos letrados em informação, que participem de forma responsável e ética na sociedade” (IFLA, 2015, p. 9), contribuindo, ou podendo contribuir, quando ainda não o fazem, para seu propósito final, que é a aprendizagem.

A presença de bibliotecas nas escolas também compôs os programas de governo de ao menos duas candidaturas: a de Barbosa Neto (PDT – Londrina/PR), que propõe a “volta das bibliotecas nas escolas”, o que sugere que essas tenham sido total ou parcialmente desativadas nas últimas gestões; e a de Mabel Canto (PSDB – Ponta Grossa/PR), que foca em “implantar biblioteca física em 100% da rede [...]”. Ambas as propostas são relevantes, considerando a Lei nº 12.244/2010, que trata da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino públicas e privadas do país até o ano de 2024, durante a vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) (2014–2024).

Em 2010, foi sancionada a Lei nº 12.244, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Em seu artigo 1º, a referida lei estabelece que todas as instituições de ensino, públicas e privadas, deverão contar com uma biblioteca escolar, tendo sido projetado um período de 10 anos, a partir de sua publicação, para que estados e municípios se adequassem à legislação. Muito se discute se a Lei nº 12.244 será, de fato, plenamente aplicada, se todas as escolas do país contarão com bibliotecas e, evidentemente, espera-se que todas tenham em sua equipe ao menos um bibliotecário.

Apenas contar com bibliotecas nas escolas não é suficiente; é necessário que elas estejam em boas condições, garantindo a preservação dos acervos, o acolhimento dos estudantes e a qualidade na oferta de produtos e serviços que atendam às demandas da comunidade escolar. O eixo “reformas dos espaços escolares”, citando diretamente as bibliotecas, é abordado nos planos de governo de Juliana Brizola (PDT – Porto Alegre/RS), Valdeci Oliveira (PT – Santa Maria/RS) e Renato Silva (PL – Cascavel/PR), este último também garantindo a climatização das salas de aula, mas apenas delas, e não dos demais espaços educativos, como as bibliotecas.

Bibliotecas de qualidade são espaços modernos e bem equipados. Pensando nisso, seis candidaturas apresentaram propostas voltadas para qualificar os espaços e o que é – ou poderia ser – ofertado. Para Marciano Perondi (PL – Pelotas/RS), as bibliotecas deveriam ser modernas e acessíveis, tanto nos acervos quanto no mobiliário, além de oferecer acesso à internet; Valdeci Oliveira (PT – Santa Maria/RS) entende que a modernização e ampliação das unidades escolares devem ser acompanhadas de ações de incentivo à leitura e de fomento às atividades culturais; e Paulo Mac Donald (PP – Foz do Iguaçu/PR) considera que a modernização das

escolas passa pelas bibliotecas e laboratórios de informática, com internet de alta velocidade.

Ainda sobre melhorias nas bibliotecas escolares, a candidata Profa. Andrea Caldas (PSOL – Curitiba/PR) propôs “reabrir e equipar bibliotecas escolares, transformando-as em centros de aprendizado e pesquisa”; Ana Paula Lima (PT – Blumenau/SC) compreende as bibliotecas e os demais ambientes da escola como espaços de aprendizagem; e Rodrigo Bornholdt (PSB – Joinville/SC) entende que a modernização das bibliotecas também envolve a oferta de acervos digitais.

A oferta de acervos digitais pelas bibliotecas escolares também foi proposta por outras três candidaturas, todas da cidade de Ponta Grossa/PR: Mabel Canto (PSDB), Elizabeth Schmidt (União Brasil) e Marcelo Rangel (PSD).

Outros temas relacionados às bibliotecas escolares apareceram nos seguintes planos de governo: Mabel Canto (PSDB – Ponta Grossa/PR) propõe a oferta de capacitação aos atendentes de bibliotecas escolares, sem especificar se seriam professores em desvio de função ou bibliotecários; e Wilson Cabelo (PT – São José dos Pinhais/PR) propõe a criação do projeto Biblioteca Viajante Itinerante, com oficinas e contações de histórias, percorrendo diferentes espaços educativos.

Uma proposta chama atenção: Ana Paula Lima (PT – Blumenau/SC) propõe “abrir as portas de todas as bibliotecas escolares do município, transformando-as em bibliotecas públicas comunitárias”. Essa iniciativa permite diversas abordagens, como a abertura das escolas para além da comunidade escolar, a segurança dos espaços e das pessoas, o reconhecimento da falta de outras bibliotecas públicas e comunitárias, e a distinção dos objetivos de cada ambiente: as bibliotecas escolares, voltadas ao suporte dos processos de ensino e aprendizagem; e as bibliotecas públicas, focadas em leituras, atividades culturais e de lazer. Assim, torna-se evidente que os objetivos de cada tipo de biblioteca são distintos.

Apenas uma proposta cita o profissional bibliotecário entre os 91 planos de governo analisados. Eduardo Pimentel (PSD), concorrendo por Curitiba/PR, propôs a “implantação de equipe multidisciplinar nas 10 regionais da educação, com a participação de psicólogo, assistente social, nutricionista e bibliotecário”. Como Pimentel foi eleito no pleito de 2024, até então era vice-prefeito, cabe aos curitibanos acompanhar essa proposta e reivindicar que seja cumprida, por meio da abertura de concursos públicos e da universalização das bibliotecas escolares com bibliotecários, conforme prevê a Lei nº 12.244/2010.

No contexto das bibliotecas escolares, os bibliotecários desempenham papel fundamental no desenvolvimento educacional de crianças, adolescentes e adultos, apoiando e contribuindo significativamente para os processos de ensino e aprendizagem, em diálogo direto com a equipe pedagógica da escola. Contudo, nem sempre as bibliotecas escolares contam com bibliotecários em seus quadros. É comum que professores em desvio de função realizem atividades que são exclusivas da profissão, ou seja, tarefas técnicas específicas dos bibliotecários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo, destaca-se que as propostas dos candidatos a prefeito, apresentadas em seus planos de governo durante as eleições municipais de 2024 no Brasil, não se configuram apenas como instrumentos políticos em busca de votos ou de uma possível eleição, mas, sobretudo, como uma forma de a população conhecer os candidatos, entender como pensam a cidade e como planejam trabalhar para implementá-la ao longo do mandato de quatro anos. Em especial, no que se refere às questões relacionadas ao livro, à leitura e às bibliotecas, essas propostas simbolizam também um ideário de sociedade e indicam perspectivas para os campos educacional e cultural.

A presença de propostas em torno dos três conceitos trabalhados neste estudo pode indicar o futuro que se deseja, tanto pelos candidatos, quanto pelo que pensam e desejam os eleitores ao destinar seu voto ao candidato X em vez do candidato Y. Contudo, não se pode desconsiderar que nem todos os eleitores se apropriam dos planos de governo apresentados, podendo escolher seus candidatos com base em diferentes critérios, alguns nada ortodoxos, como a indicação de amigos, a preferência por uma campanha eleitoral mais animada ou o recebimento de presentes ou valores financeiros em troca do voto. Entretanto, não coube a este texto analisar como os brasileiros votam, suas motivações na escolha de determinado candidato ou a complexa rede do jogo político em torno das campanhas eleitorais, bem como as estratégias de marketing utilizadas para atrair a atenção dos eleitores.

Como efeito inicial das eleições municipais para prefeito e vice-prefeito na Região Sul do Brasil, as cinco cidades do Rio Grande do Sul, juntamente com Curitiba, Londrina, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, no Paraná, elegeram seus representantes no segundo turno, enquanto as cidades de Santa Catarina, Maringá, Cascavel e São José dos Pinhais, no Paraná, já o fizeram no primeiro turno. Ao todo, cinco candidatos se reelegeram nas 15 cidades analisadas, e quatro candidatos foram apoiados pelos prefeitos que ocupavam o cargo no momento das eleições, indicando o poderio eleitoral destes em dar continuidade ao governo por meio de novos representantes.

No primeiro eixo analisado por este estudo, relativo ao livro e à leitura, surgiram propostas bastante amplas, não sendo possível identificar, a partir dos planos de governo, se isso indica pouco conhecimento sobre o tema ou a intenção de não se comprometerem excessivamente, evitando detalhar ações. Outra questão a ser destacada é que o livro e a leitura aparecem nos planos como forma de atender a demandas gerais da sociedade, especialmente em períodos eleitorais.

As propostas apresentadas sobre livro e leitura apontam interesses em: ampliar o acesso para diferentes públicos; promover a inclusão social e digital por meio da leitura; diversificar os suportes dos livros e de outros materiais, incluindo recursos digitais; formar mediadores de leitura; fortalecer e/ou criar eventos literários; criar espaços alternativos, como minibibliotecas em locais estratégicos e de grande circulação nas cidades; e valorizar autores locais por meio de editais de fomento à publicação.

As bibliotecas públicas surgem neste estudo como o segundo eixo analisado a partir dos planos de governo, trazendo propostas como: criar novas bibliotecas e revitalizar as unidades existentes; ampliar os horários de funcionamento para atender a um público mais amplo, embora os candidatos não mencionem a abertura de concursos para ampliar os quadros de servidores; constituir redes de bibliotecas municipais, incluindo públicas e escolares; e qualificar os acervos físicos existentes, além de incluir materiais digitais.

No terceiro eixo analisado, as bibliotecas escolares aparecem nas propostas por meio da criação de novos espaços nas escolas, bem como do compromisso de reformar as unidades existentes. Outro indicativo que surge é a necessidade de qualificar as bibliotecas e o que elas oferecem, incluindo produtos, serviços e acervos, com destaque para o uso de tecnologias e acervos digitais.

Reforça-se a importância de que as candidaturas apresentem propostas concretas, não apenas nas eleições municipais, mas em todas as esferas, como um instrumento para que a população avalie os candidatos e escolha aquele que melhor se adequa à sua visão de mundo e, principalmente, atenda aos seus anseios de sociedade e de políticas públicas sobre diferentes temas, como livro, leitura e bibliotecas. Da mesma forma, torna-se essencial que a população conheça e se aprofunde nas propostas apresentadas, inclusive para cobrar posicionamentos e exigir maior clareza quando necessário, uma vez que o silenciamento, ou melhor, a ausência de propostas, também revela muito sobre como candidatos e partidos/legendas pensam e desejam a construção social.

O livro, a leitura e as bibliotecas devem ser compreendidos como eixos transversais, que não se restringem apenas à cultura e à educação, mas constituem também questões sociais relacionadas à saúde, ao desenvolvimento social, à geração de empregos, entre outros. A população deve permanecer vigilante para que as promessas de campanha sejam cumpridas e, principalmente, para que as demandas sociais sejam atendidas ou previstas, não apenas nos planos de governo, mas transformadas em políticas públicas duradouras. Assim, essas iniciativas deixam de ser associadas a governos específicos e passam a representar conquistas coletivas do poder público em benefício da sociedade, independentemente do governante ou partido.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA PÚBLICA: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

BRASIL. **Lei n. 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 mar. 2026.

CAMILLO, Everton da; SALA, Fabiana; LIMA, Leda Maria Araújo; JESUS, Miriam Fernandes de; COSTA, Sirlaine Galhardo Gomes; CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de. Tendências em educação qualidade para políticas públicas relacionadas aos livros e à promoção da leitura. **Palavra Chave**, La Plata, v. 10, n. 2, abr./set. 2021. Disponível em: <https://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/119590>. Acesso em: 18 set., 2024.

CAMILLO, Everton da; CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de. Políticas públicas do livro e leitura: um conceito em aberto. **Informação e Informação**, Londrina, v. 27, n. 2, p. 145-168, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/45095>. Acesso em: 19 set. 2024.

CÔRTE, Adelaide Ramos e; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca escolar**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DUMONT, Ligia Maria Moreira. A ação do carro-biblioteca ou, o desafio de se incentivar o gosto pela leitura em comunidades de baixa renda. **Revista da Escola de Biblioteconomia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 24-38, mar. 1990.

FERRAZ, Marina Nogueira. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. especial, p. 18-30, out./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22665/18249>. Acesso em: 12 mar. 2026.

MACHADO, Elisa Campos. Uma discussão acerca do conceito de Biblioteca Comunitária. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 80-94, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1976>. Acesso em: 12 mar. 2026.

MANIFESTO IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas. 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 11 mar. 2026.

NUNES, Martha Suzana Cabral; SOUZA, Flaviana de Oliveira. Mediação da leitura na biblioteca escolar: práticas e fazeres na formação de leitores. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 3-28, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/24116>. Acesso em: 14 mar. 2026.

TANSEY, Stephen D.; JACKSON, Nigel A. **Política**. São Paulo: Saraiva, 2015.

THE INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Diretrizes da IFLA para as bibliotecas escolares. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2026.

THE INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-manifesto-pt-brazil.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2026.

RAMOS, Flávia Brocchetto Ramos. **Literatura infantil**: de ponto a ponto. Curitiba: CRV, 2010.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1124>. Acesso em: 18 set. 2024.

SALA, Fabiana. **Políticas públicas do livro, leitura e biblioteca escolar no Brasil**: das iniciativas federais à implementação municipal. 2018. 266 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, SP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/4df87f08-6da4-4dc4-b9cf-ada252451237>. Acesso em: 19 set. 2024.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage, 2016.

SILVA, Wellington Santos. **Plano Nacional do livro, leitura e biblioteca**: um estudo de caso da cidade de Jardinópolis, região metropolitana de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. 2022. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, SP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/9f5974c7-e8a4-4dbc-899b-50dced89bb56/content>. Acesso em: 19 set. 2024.